

Ref.: MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. *Revista de Educação Pública*, v.14, n.25, 17-31p., 2005.

## SÓ OS PEIXES MORTOS NÃO CONSEGUEM NADAR CONTRA A CORRENTEZA

Pablo Meira<sup>1</sup>  
Michèle Sato<sup>2</sup>

**RESUMO:** Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. Estará a Educação Ambiental (EA) a ser suplantada por uma nova orientação econômica? A década (2005-2014), com direção para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) exige a troca de lentes, perspectivando um olhar mais crítico à construção das identidades da EA. Assumindo a impossibilidade de harmonia, este texto quer evidenciar os campos de poder nos discursos presentes dos sujeitos que atuam na educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação ambiental – educação para o desenvolvimento sustentável – sustentabilidade

**ABSTRACT:** Just dead fishes cannot swim against stream

It would be Environmental Education (EE) to be triumph over by new economic orientation? The decade (2005-2014), directed to Education for Sustainable Development (ESD) requires change of lens, claiming a political and critical view for building EE identities. Considering that EE cannot cope with harmony, this article gives evidence of power subject in reasons and discourses presented by subjects acting in the education process.

**KEY WORDS:** environmental education – education for sustainable development – sustainability

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, Universidade de Santiago de Compostela, Galícia (hemeira@usc.es).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil (michele@cpd.ufmt.br).

Eu quero tocar a beleza da noite, mas estes malditos ponteiros  
que marcam os minutos cegam o brilho das estrelas...  
(SHAKESPEARE, Hamlet - ato I - tradução nossa)<sup>3</sup>.

Marcell, a personagem de Hamlet coloca sua angústia contra a tirania temporal, tão logo no primeiro ato no clássico de Shakespeare. O tempo possui várias interpretações, inscrevendo-se no movimento circular, mas os minutos são demarcados por um relógio (com direito ao relojoeiro) que se estendem linearmente por horas, dias ou semanas. Entretanto, para algumas outras religiões não cristãs, como o Zen Budismo, por exemplo, o ciclo temporal não obedece ao calendário gregoriano, cartesianamente dividido nas fronteiras matemáticas por uma mera convenção cristã. A orientação de anos, décadas, séculos ou milênios, portanto, nos faz acreditar que existe um marco zero, podendo ser estendido ao infinito, ou simplesmente determinamos um período com uma régua em linha reta, desprezando os movimentos que jamais obedecem à linearidade da Modernidade, mas pulsa tentativa da ruptura pós-moderna de vencer a supremacia espaço-temporal.

Um antigo provérbio chinês diz: “Oxalá vivas uma época interessante”. Assim posto, parece ser uma boa ventura, mas na realidade, o provérbio era utilizado como um sutil desejo de maldição. Tais metáforas são importantes para apresentar a proposição deste texto, que encerra nosso debate sobre o início da década (2005-2014) da “Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)”, através da orientação internacional da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO).

Sem reivindicar um milênio à Educação Ambiental (EA), em contraposição à década da EDS, já que também seria uma outra proposição ocidentalizada e tendenciosa, o discurso acerca dos “maus momentos” da EA parece estar em evidência aos argumentos tecidos no interior da proposição da UNESCO. Em outras palavras, busca-se a debilidade da EA para reforçar a

---

<sup>3</sup> <http://www.editoraeletronica.net/>

importância de uma educação dirigida ao capital, retirando a autonomia e liberdade da aprendizagem (JICKLING, 1992), já que há uma meta temporária, com início e fim, posta nas orientações. E de fato, toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, pode dizer e em que circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir (FOUCAULT, 2001).

Acreditamos que a EA atravessa uma fase de crise e seus adeptos estão questionando suas próprias existências frente à nova orientação de *marketing* que preconiza o desenvolvimento, independente de que adjetivo tenha, tradicionalmente marcado pelos seus campos econômicos. A palavra desenvolvimento em português revela um antagonismo próprio do idioma, que talvez não faça sentido em demais situações etimológicas, mas que encerra um prefixo “des” de negação a alguma coisa. Uma pessoa pode viver DESludida em função da DESvalorização de sua carreira, sentindo-se DEScontente e DESafortunada nos DEScompassos da crise do DESEmprego. No dicionário Houaiss (2001), o prefixo latino “DES” sugere aversão; isolamento; ou intensidade. Assim, o conceito de DESEnvolvimento pode significar a oposição do envolvimento; a separação da sociedade e ambiente; ou também o reforço à economia em detrimento de outras dimensões reivindicadas pelo movimento ecológico mundial. A tessitura deste texto busca uma arqueologia Foucaultiana na revisão das terminologias, que pode ser a liberdade ativa contra a correnteza, ou a escravidão passiva de deixarmos ser levados pelas forças econômicas. “Em suma, é preciso rever e ir além do conceito de desenvolvimento” (MORIN<sup>4</sup>, 2003, p.6).

Visitando a página do Fundo Monetário Internacional (FMI), encontraremos um link educativo. Apertando neste link, estaremos visitando a página do Banco Mundial<sup>5</sup>, cujas proposições educacionais se ancoram na

---

<sup>4</sup> [www.pucsp.br/nemess](http://www.pucsp.br/nemess)

<sup>5</sup> [www.worldbank.org/education](http://www.worldbank.org/education)

década da UNESCO. Mera coincidência, ou ideologia explícita? Este enfoque de múltipla interpretação, o desenvolvimento sustentável, parece ser plataforma de vários organismos aliados aos fenômenos da globalização do mercado, da lógica reducionista e da hegemonia presente nos discursos e orientações internacionais que mascaram a regionalidade e a dinâmica particularizada, de igual importância ao processo educativo.

### **Conflitos da Noção de Sustentabilidade**

O “Desenvolvimento Sustentável (DS)” pode ser uma corrente que se circunscreve na reflexão de um provérbio galego: “*Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza*”. Ainda que a crise na EA represente uma enorme cachoeira e clama por um nado acelerado contra a corrente, ou ainda que sua existência não seja tão fortalecida e paremos no rio para ouvir a sonoridade das águas, lutar para não ser levados pela correnteza parece ser o grande desafio que se estabelece especialmente nesta década.

O itinerário das águas educativas parece situar-se nas bases dicotômicas da Modernidade, na escolha de uma, entre duas vias: EA e EDS. Se por um lado o ambiente pode ser compreendido de acordo com os olhares de cada sujeito, conforme nos revela Sauv  (2004), por outro lado, o desenvolvimento parece explicitar um inegável enfoque economicista.

Nossa capacidade de vencer o itinerário dualista está na dependência do diálogo entre estas duas correntes. Seguramente não haverá um caminho certo e outro errado, e no marco do diálogo na diferença, talvez sejamos capazes de lançar mão das lutas identitárias acreditando em fraternidade, igualdade e liberdade. Porém se há liberdade, não pode haver igualdade. Se a EA configura-se realmente um campo sociológico, não podemos temer as tensões e os conflitos subjacentes nas esteiras de lutas políticas da própria EA (BOURDIEU, 1999). Para além de um ambiente harm nico e equilibrado reivindicado por

visões individualistas, reconhecer os princípios da incerteza, riscos e conflitos, é assumir um campo coletivo mais consistente à dimensão ambiental. É um situar-se nos campos da fenomenologia, onde a relação entre “eu e o mundo” nunca ocorre diretamente, mas é mediatizada pelas complexas relações sociais “do eu, do outro e do mundo”.

Na década de 80, uma comissão mundial, liderada pela primeira ministra da Noruega, Gro Brundtland, se reúne e publica o “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1987). Pela primeira vez na história da humanidade, assistíamos o surgimento do termo “Desenvolvimento Sustentável” (DS), até hoje ambíguo, encerrando múltiplas interpretações e controvérsias no cenário mundial. Ainda que as ideologias fossem duvidosas, o termo acabou se consagrando para além do ambientalismo, estando presente em diversas outras áreas do conhecimento.

Na América Latina, um movimento intitulado “Pacto de Ação Ecológica para a América Latina (PAEAL)” pode ser o contraponto da década que orienta o DS (LARRAÍN, LEROY & NANSEN, 2002; SATO, 2003). O PAEAL reivindica a construção de Sociedades Sustentáveis, na impossibilidade de assumirmos a responsabilidade da densidade demográfica como elemento da crise ambiental. Mais do que crescimento populacional, os padrões de consumo e emissões insustentáveis dos países industrializados são os maiores responsáveis pela crise ecológica mundial. Portanto, não é possível discutirmos a dimensão da sustentabilidade sem nos posicionarmos nas esteiras da dívida externa, maior causadora da degradação social e natural dos países da América Latina. É preciso denunciar que os sucessivos ajustes e programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial abarcaram tanto a externalização dos custos ambientais e sociais do comércio internacional, como o intercâmbio ecológico e economicamente desigual. A Organização Mundial do Comércio (OMC) também orienta interesses de lucros transacionais, reforçando um modelo de desenvolvimento dominante. Não é possível, assim, aceitar as estratégias que impulsionam os círculos de poder como sujeitos principais da

sustentabilidade, muito menos aceitar o otimismo tecnológico como alternativa prioritária para solucionar a crise ambiental.

O PAEAL propõe uma economia solidária de mercado regulado, através de políticas de suficiência e mudanças na cultura de consumo. Jamais retira o papel das políticas públicas fortalecidas pela participação popular e solicita indicadores sociais e ambientais que alcancem a liberdade e a democracia reais. Isso implica dizer que o PAEAL brinda um movimento da antiglobalização neoliberal, desde que considera a sustentabilidade nas esteiras das ações de sociedades sustentáveis em níveis locais, regionais e nacionais.

O projeto “Brasil Sustentável e Democrático (BRSD)” considera que o diálogo sobre a construção de conceitos de sustentabilidade deve ter existência tanto em escala local quanto global. Isso implica dizer que a sustentabilidade não deve ocorrer de forma ilhada, ainda mais no mundo contemporâneo de comunicação e globalização. O risco desta mundialização é negligenciar a necessidade de cada país e região enfrentar os seus próprios dilemas e perspectivas em relação ao futuro, construindo modelos próprios de transição para a sustentabilidade a partir da sua realidade ecológica e sociocultural (SPANGENBERG, 2004)<sup>6</sup>. É através do debate democrático, da ampla participação da cidadania e dos movimentos sociais, que estes novos modelos devem ser construídos. Cada um deles, porém, precisa examinar os impactos da sua implementação sobre o espaço internacional, de forma a evitar que as políticas adotadas em cada país sejam prejudiciais para outros povos e regiões. Reconhecemos que não existe mágica, nem receitas que ofereçam fórmulas definitivas da sustentabilidade, porém é preciso um esforço do diálogo de múltiplos saberes ao futuro planetário.

A construção das Sociedades Sustentáveis, portanto, reivindica uma diminuição entre as linhas que separam o excesso de consumo e a privação. O

---

<sup>6</sup> <http://www.rits.org.br/pbsd>

espaço ambiental disponível estabelece um teto para o nível permitido de uso e de gasto dos recursos naturais. Uma vez definida a fronteira entre o “viver no nosso espaço ambiental” e o consumo exagerado que ultrapassa a capacidade de sustentação da natureza, faz-se necessário apresentar também o “piso” do espaço ambiental, isto é, a quantidade mínima anual que uma pessoa precisa para viver dignamente. Comparando o uso atual deste espaço com o uso permissível, obteremos a quota de redução de *inputs* para que uma economia nacional atinja a sustentabilidade, ou seja, alcance uma situação sustentável que se intitula “Linha de Dignidade”.

Isto não implica, porém, em uma redução significativa do padrão ou mesmo da qualidade de vida, pois os recursos podem ser utilizados de muitas maneiras para satisfazer as demandas sociais próprias das prioridades culturais e pessoais, dependendo do grau de eficiência das tecnologias e padrões existentes ou acessíveis (SPANGERBERG, 2004, p.5).

Sem se inscrever nas bases dicotômicas da Modernidade, porém reivindicando os campos políticos da EA, algumas notadas diferenças se acentuam entre a proposição da construção de Sociedades Sustentáveis (SS) proposta pelo Pacto de Ação Ecológica da América Latina e o Desenvolvimento Sustentável (DS) pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Tabela 1). Para muitas pessoas, a orientação da década pode ser uma hipótese capaz de mudar as políticas educativas e ambientais, em seus distintos níveis (internacional, nacional e regional). É uma proposição que deverá ter reflexos nas práticas e nos discursos da própria EDS, revelando um currículo oculto para além de documentos e proposições. Condiciona-se, assim, certo debate sobre as identidades firmadas na EA e na EDS.

**Tabela 1: Sustentabilidade**

	DESENVOLVIMENTO	SOCIEDADES
<b>origem</b>	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Pacto de Ação Ecológica da América Latina
<b>discurso</b>	Banco Mundial, FMI, UNESCO	Movimentos sociais organizados, redes de organização social
<b>protagonismo</b>	Empresas, tomadores de decisão e formadores de opinião (governança e multisetorialidade)	Comunidades participativas em diálogos abertos (movimentos sociais e cidadania)
<b>definição</b>	Generalista, globalizante e indefinida	Particularizada, autônoma e política
<b>ênfase</b>	Economia, sociedade e ambiente	Justiça ambiental, inclusão social e democracia
<b>indicadores de qualidade de vida</b>	Linha de pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Linha de Dignidade (qualitativo)
<b>problema central</b>	Densidade demográfica e impactos ambientais	Exclusão social e impactos ambientais
<b>propostas</b>	Tecnologias limpas, livre mercado e democracia formal	Políticas públicas, mercado regulado e democracia real
<b>conhecimento</b>	Técnico e científico	Múltiplos saberes
<b>educação</b>	EDS por 10 anos	EA permanente

### Tempos e espaços das educações

Em 1975, a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram o “Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA)”, como parte da ação das decisões de Estocolmo, 1972. Vinte anos mais tarde, a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou simplesmente Eco-92, declarava a Agenda 21 como documento básico da sustentabilidade, oferecendo um capítulo 36 à educação, embora transversalizada nos demais 39, no total dos 40 capítulos. Enquanto a Agenda 21 era posta em marcha, a Carta da Terra teve seus espaços tímidos, contrastando a proposição governamental através das proposições da sociedade



civil. Em 1995, a UNESCO e o PNUMA cancelam o PIEA, conforme destaca Gonzáles-Gaudiano (1999) na sua leitura crítica da história da EA na América Latina.

Diversos eventos vão revelando gradativa mudança nas orientações sobre a sustentabilidade, permitindo que a “Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável” ocorresse em Johannesburg, no ano 2002, dez anos após a Rio92. Tanto a Agenda 21 como a própria Carta da Terra curvaram-se à orientação desenvolvimentista, preconizando a década da UNESCO. Se para alguns o evento poderia ser chamado de “Rio+10”, para uma outra parcela, esta mudança foi retrocesso, configurando-se como “Rio-10”. Vale ressaltar o “*mea culpa*” dos setores da EA que acompanhando as mudanças, não tiveram fôlego para frear o processo permitindo que a UNESCO forjasse a década da EDS. Algumas vozes, entretanto, lançaram-se ecoando na EA, como fez o saudoso John Smyth<sup>7</sup> (1998), que ironizando a mudança, escreveu o confronto com o título revelador de “Educação Ambiental: o princípio do fim – ou o fim do princípio?”. Diversas outras vozes presentes na EA lançaram seus gritos e identidades na EA, nadando contra a correnteza do rio.

Toda essa reorientação da idéia de desenvolvimento se deu no contexto de crise do próprio capitalismo e de consolidação de uma hegemonia do pensamento e de políticas neoliberais, postas em prática a partir dos anos 80, como parte da estratégia global de reestruturação sistêmica (LIMA, 1997, p.206).

Quais tensões ameaçam a identidade da EA? Na mudança de lentes para um olhar mais crítico, acreditamos que exista uma luta simbólica de campos ideológicos na apropriação do conceito de sustentabilidade. Não há dúvidas que a EA, como todo campo do conhecimento, tem limites e potencialidades. Na sua inadvertência, a EA permitiu ser percebida como mero instrumento da gestão ambiental, prometendo solucionar todos os problemas ambientais. Esqueceu de lançar uma perspectiva que o desenvolvimento possui limites

---

<sup>7</sup> Nossa admiração e carinho ao John Smyth, com sentimento de perda em fevereiro de 2005.

ecológicos e culturais de enorme envergadura. Na representação do processo pedagógico de Caride & Meira (2001), trata-se da controvérsia entre o campo do ambientalismo, compreendido como possibilidade de solucionar o problema através do mercado neoliberal; e o campo do ecologismo, cujo enfoque demanda uma mudança estrutural da sociedade como premissa para enfrentar a crise ambiental. De fato, diversos documentos internacionais, a exemplo da Conferência de Tessalônica, enunciam a vocação “ambientalista”:

A sustentabilidade carrega a tarefa complexa de conciliar e tomar decisões sobre reivindicações que se contradizem entre si e de avançar na concreção de um desenvolvimento que seja ecologicamente racional (...) O conceito de desenvolvimento sustentável acolhe as advertências do ecologismo e os argumentos dos economistas a favor do desenvolvimento (UNESCO, 1997, p.12).

Assim, o DS pode ser interpretado conforme o gosto do “consumidor”, numa linha oposta à Rede Internacional de Justiça Ambiental, definida como:

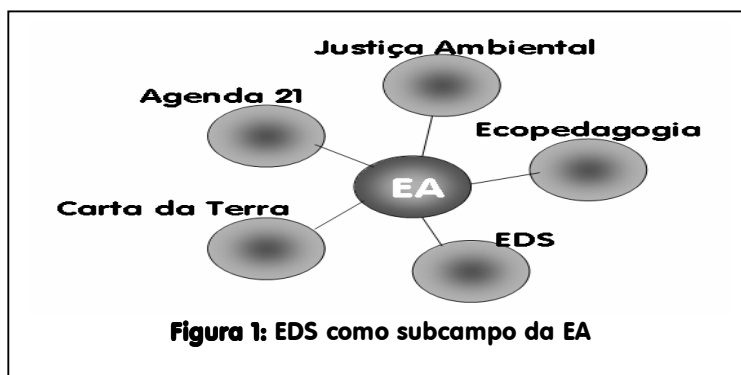
Mecanismos pelos quais sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas de dispositivos constitucionais relacionados à matéria que, interpretados e aplicados conjuntamente, permitem a realização do direito humano ao meio ambiente, nos âmbitos econômico, social e cultural (LEROY, 2004, p.2).

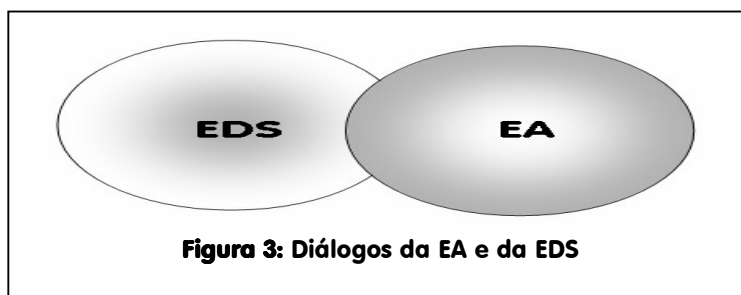
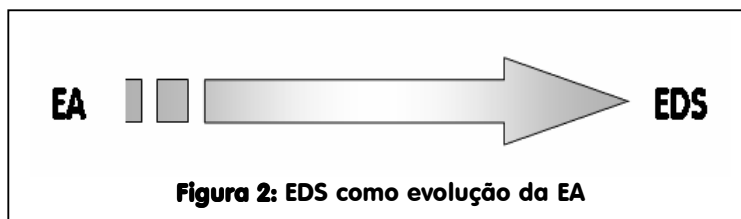
Paradoxalmente, diversas outras orientações penetram no cenário, como uma teia de Penélope, na trama que enovela o mercado através dos aparatos de inculcação simbólica que serve para alimentar o sonho do consumidor, estimulando as necessidades básicas e criando novas indigências futuras. Neste contexto mercadológico, não será difícil afirmar que a EA não teve êxitos e é ineficaz (MEIRA, 2005). Arriscaríamos a observar que nenhuma declaração positivista se contrasta frente ao discurso moralista de impregnação econômica que afirma que “a eficácia da conscientização e da educação para o desenvolvimento sustentável deverá, em última instância, quantificar-se pela

medida em que se modificam as atitudes e comportamentos dos indivíduos – tanto os consumidores quanto os cidadãos” (UNESCO, 1997, p.6).

A controvérsia entre a EA e a EDS levou a realização de estudos específicos para compreender a percepção do campo educativo ambiental. Um dos primeiros é da autoria da Comissão Internacional de Educação e Comunicação da International Union for Conservation and Nature (IUCN), que teve participação de 50 especialistas de 25 países (HESSELINK, VAN KEMPEN & WALSH, 2000). Utilizando a Internet, uma série de perguntas fechadas era moderada nas opiniões e noções de campo, entre a EA e a EDS. Em síntese, três grandes panoramas puderam ser delineados:

- A) A EDS como subcampo da EA, como a metáfora de uma árvore, onde as raízes e tronco da EA sustentam outras dimensões como a Agenda 21, Carta da Terra, Ecopedagogia e EDS (Figura 1);
- B) A EDS como evolução gradual da EA, com um marco inicial e final em linha reta, através do cenário figurativo da linha Darwiniana, com avanços consideráveis na “evoluída EDS” e o abandono da “primitiva EA” (Figura 2);
- C) A complementaridade dos dois campos distintos, cada qual com seus arcabouços epistêmicos, de conceitos e teorias; de suas táticas, estratégias e praxiologia; e de seus comprometimentos políticos, éticos e axiológicos (Figura 3).





Os redatores desta enquête apontam a EDS como evolução da EA, destacando que a visão da EA sempre foi romanceada em suas dimensões naturalistas, com ausência de ciência. Curiosamente, não é esta disjuntiva que assume os documentos da UNESCO (2004), no seu rascunho internacional à década da EDS. Segundo o documento:

A EDS não deve ser equiparada à EA. Esta última é uma disciplina bem estabelecida que se centra nas relações humanas com o ambiente natural e nas vias de conservá-lo e preservá-lo, administrando seus recursos adequadamente. A EDS abarca a EA, situando no marco mais amplo dos fatores sócio-culturais e das finalidades políticas de equidade, pobreza, democracia e qualidade de vida (UNESCO, 2004, p. 16).

Uma outra curiosidade paradoxal é a repetição, no documento da UNESCO, de que a EA é uma “disciplina” que “apenas” se preocupa com as relações humanas em seus ambientes. Nas orientações do extinto Programa Internacional de Educação Ambiental da própria UNESCO e PNUMA, entretanto, a EA é orientada de forma transversal e as relações humanas com seus ambientes são complexidades de enorme envergadura.

Recentemente, Gonzáles-Gaudio (2004) realizou outra enquête na comunidade de especialistas na América Latina e Caribe, reunindo respostas de

101 especialistas de 17 países. Um pouco mais do que a metade (53%) considera que o trânsito da EA à EDS é muito inconveniente, contra 38% que aceitam a orientação da UNESCO e 9% que não souberam responder. Os argumentos de rejeição à década pleiteiam que a EA já contém elementos sociais, ecológicos e econômicos da EDS, porém lamentam a ausência de políticas que fortaleçam seu desenvolvimento, seja em esferas de pesquisa, ou de outras atividades de vivências comunitárias. Os favoráveis à EDS consideram que a década permite incluir fatores econômicos, para além da ambiente e sociedade presente na EA. Destes, apenas 11% afirmam que a EDS é uma evolução natural da EA.

Talvez seja possível admitir que a década represente uma fonte de financiamentos ausente na EA. E esta é uma visão pragmática que acorrenta as almas de diversas educadoras e inúmeros educadores, cobrados pelos sistemas de avaliação, produtividade e canalização de apoios financeiros aos programas educacionais. Todavia, na busca de reforços à identidade da EA, poderemos extrapolar certos graus de liberdade do conceito de paradigma de Thomas Khun, e afirmar que a EA é um campo multidisciplinar que pode abarcar uma vasta arena de sujeitos e ideologias (MEIRA, 1991; LIMA, 1997; SMYTH, 1998; PINTO & MEIRA, 2003; GONZALES-GAUDIANO, 2003; SATO, 2003; SAUVÉ, 2004). Lima (2005) sustenta a tese de que a EA é um campo próprio do conhecimento, e não mero instrumento de gestão ou de educação para algo indeterminado durante certo período. Ancorado em Bourdieu e Habermas, ele busca compreender os discursos de 11 sujeitos atuantes na EA brasileira, validando sua hipótese pós-moderna de que a EA inscreve-se num campo múltiplo de epistemologia e metodologia, com ênfase na sua característica eminentemente política.

### **À Guisa do Epílogo**

Compreendemos que as razões e discursos utilizados para que a EA dê um passo centrado na EDS são demasiadamente inconsistentes. Ninguém é tão

insano de rejeitar que os modelos de desenvolvimento devem sublinhar o ambiente e a sociedade. Uma parcela significativa acolhe o conceito de DS, sem interrupção das atividades na EA, como contextualiza a figura 1, ou seja, a EA como centro das vivências e suas ramificações semelhantes a uma árvore. E tantas outras áreas do conhecimento, como a Filosofia Ambiental, Sociologia Ambiental, ou Psicologia Ambiental, entre outras, também enfrentam o mesmo dilema da EA.

Michel Foucault lembraria que qualquer discurso não é verdadeiro ou falso por si, mas tende a produzir “efeitos de verdade”, influenciando na forma em que os sujeitos sociais representam a realidade vivenciada. Podemos denunciar a inconsistência teórica da EDS, debater que não há nenhum aporte relevante à resposta educativa ou à crise ambiental. A EDS desvela uma concepção neoliberal de desenvolvimento e das relações humanas com o ambiente. Entretanto, há que considerar que ela foi importante para verificarmos algumas debilidades no campo da EA, forjando uma avaliação de sua práxis. Parece-nos provável, todavia, que os sujeitos atuantes da EA podem ignorar a EDS, mas dificilmente ela poderá nos ignorar.

Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados que se apóiam em regras históricas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. Essa prática discursiva possível resulta de um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam (LIMA, 1997, p.201).

Escobar (1995) compreende que o conceito de DS não possui sua consistência teórica, nem capacidade de promover empoderamento ou transformação social. Ele associa a idéia à tendência neoliberal, cuja participação está na dependência da reprodução da realidade e não é esta a lógica que fará a superação da EA.

A década que se inicia, portanto, é a tentativa de manter a identidade na EA, pois “o que não nos mata, nos torna forte” (NIETZSCHE, 1995, p. 83). A proposta da EA não se posiciona em apenas uma década, desde que nenhuma revolução, exclusivamente feita pelo imediatismo, pode ser fecunda. As revoluções só se compreendem e se justificam quando interrompem as circunstâncias. Mudar é preciso sempre, mas não é a velocidade que promove a mudança, e sim a direção do movimento. Assim, continuaremos na subversão da desobediência à UNESCO, pois acreditamos que temos competência suficiente na EA para construir um mundo mais justo, sustentável e paciente, e não há motivo para nenhuma irresponsabilidade imediata e terminal (SATO, 2005).

Buscamos, assim, uma oposição da concepção de mercado das orientações internacionais à valorização da dinâmica que movimenta e constrói a identidade particular na EA. Assumir a identidade da EA significa querer uma revolução, talvez silenciosa, mas certamente apaixonada. É também reconhecer que a EA nada fortemente contra uma correnteza econômica incapaz de se sensibilizar com a necessidade do silêncio das águas, nos obrigando a navegar em águas inóspitas. O itinerário pode assinalar que somente os peixes mortos não conseguem nadar contra as correntezas, e a EA pode se situar em curvas sinuosas, cachoeiras traiçoeiras e rochas enormes, mas talvez as existências destas pedras rudes possam revigorar os compassos de nosso viandar.

**No meio do meu caminho**  
**Carlos Drummond de Andrade<sup>8</sup>**

No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho

---

<sup>8</sup> <http://www.secrel.com.br/jpoesia/drumm06.html>

tinha uma pedra

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **Meditaciones pascalianas**. Barcelona: Anagrama, 1999.

CARIDE, José A. e MEIRA, Pablo. **Educación Ambiental y desarrollo humano**. Barcelona: Ariel, 2001. [edición en portugués: *Educação Ambiental e desenvolvimento humano*. Instituto Piaget, Lisboa, 2004].

COMISIÓN MUNDIAL PARA EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO / CMMAD. **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. **Ecología Política**, nº 9, Junio, pp. 7-25, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe. *Tópicos en Educación Ambiental*, v.1 n.1, 9-26, 1999.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Atisbando la construcción conceptual de la Educación Ambiental en México. En Bertely, M. (Coord.) **Educación, Derechos Sociais y Equidad. La investigación educativa en México 1992-2002**. México: Consejo Mexicano de Investigación Educativa, 2003, pp. 243-275.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Encuesta latinoamericana y caribeña sobre la Educación para el Desarrollo Sustentable. Estudio presentado à **Conferencia Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável**, Universidade de Miño, Braga, Portugal, maio 2004.

HESELINK, F.; VAN KEMPEN, P.P.; WALSH, A. **ESDebate. International debate on education for sustainable development**. Gland: IUCN, 2000.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JICKLING, Bob. Why I don't want my children to be educated for sustainable development. **The Journal of Environmental Education**, v. 23, n.4, 5-8, 1992.

LARRAÍN, Sara; LEROY, Jean-P.; NANSEN, Karin (Eds.). **Cono Sur Sustentable**. Berlin: Fundación Heinrich Böll, 2002.

LEROY, Jean-Pierre. **Justiça Ambiental**. Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc Ano III • nº 11 • novembro de 2004, pp.2.

LIMA, Gustavo. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, v.13, setembro, 201-222, 1997.



LIMA, Gustavo. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: Emergência, identidades, desafios**. Campinas: 2005, 207f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UNICAMP.

MEIRA, Pablo. De lo eco-biológico a lo eco-cultural: bases para un Nuevo paradigma en la Educación Ambiental. En Caride, J.A. (Coord.). **Educación Ambiental. Realidades y perspectivas**. Tórculo: Santiago de Compostela, 1991, pp. 87-126.

MEIRA, Pablo. Eloxio da Educación Ambiental: de la Década de la Educación para o Desenvolvemento Sostible ao Milenio da Educación Ambiental. XII Jornadas Pedagógicas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA): Educação Ambiental no contexto da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Ericeira: **ANAIS**, ASPEA, p.14-18, 2005 [conferência].

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra** – um livro para todos e para ninguém. Tradução de Mário Silva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PINTO, Joaquim; MEIRA, Pablo. Educación Ambiental y Diversidad Cultural - Procesos de participación social en la Agenda21 Escolar como estrategias para la Sostenibilidad. En: **IV Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental**, Ciudad de La Habana, Cuba, 2003 (CD-ROM).

SATO, Michèle. Resenhando esperanças por um Brasil Sustentável e Democrático. In: **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.12, n.22, 189-197, 2003.

SATO, Michèle. Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. XII Jornadas Pedagógicas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA): Educação Ambiental no contexto da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Ericeira: **ANAIS**, ASPEA, p.18-20, 2005 [conferência].

SAUVÉ, Lucie. La Educación Ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo integrador. **Tópicos en Educación Ambiental**, v.1, n.2, 7-25, 1999.

SAUVÉ, Lucie. Perspectivas curriculares para la formación de formadores en educación ambiental. **Carpeta Informativa CENEAM**, pp. 162-160, 2004.

SMYTH, John. Environmental Education – The Beginning of the End or the End of the Beginning? **Environmental Communicator**, July/August, pp.14-16, 1998.

UNESCO. **Educación para un futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada**. Paris: UNESCO, 1997.

UNESCO. **United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2005-2014**. Draft International Implementation Scheme. Paris: UNESCO, 2004.

**WEBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Carlos D. **Poesias completas**. [download]

<http://www.secrel.com.br/jpoesia/drumm06.html>, 23.set.01.

MORIN, Edgar. Latinidades. **Mostra SESC de Artes Latinas** (27.08.03), [download] -

[www.pucsp.br/nemess](http://www.pucsp.br/nemess), 17.02.05.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. [download] <http://www.editoraeletronica.net/>, 28.fev.01.

SPANGENBERG, Joachim. Critérios integrados para a elaboração do conceito de sustentabilidade. In **Cadernos do Brasil Sustentável e Democrático**. Rio de Janeiro: FASE

[download], <http://www.rits.org.br/pbsd>, 17.fev.2004.